

BNCC E EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DAS PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E A APRENDIZAGEM

Rafaela Allegrine dos Santos¹

Prof. Dr. Gilmar Alves Montagnoli²

Prof. Dr. Marcos Pereira Coelho³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil, mais especificamente as concepções de desenvolvimento e aprendizagem do documento. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, que tem como base teórica a Psicologia Histórico-Cultural. Na construção do texto, é abordada a história das políticas públicas para a educação infantil no Brasil, o papel da escola e da mediação para o desenvolvimento e a aprendizagem e, por fim, as proposições da BNCC voltadas ao tema. Conclui-se que existem mais aproximações do que distanciamentos entre o documento e as proposições de autores vinculados à teoria Histórico-Cultural.

Palavras-chave: BNCC. Teoria histórico-cultural. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como intuito analisar as proposições para a educação infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento possui caráter normativo, sendo uma referência para construções curriculares e propostas pedagógicas nas redes públicas e privadas de ensino voltadas à educação básica.

Sem desconsiderar a importância das demais etapas, o presente trabalho trata especificamente das propostas para a educação infantil. Para as análises,

¹ Formanda do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá

² Professor do Departamento de Teoria e Práticas da Educação - DTP, orientador do trabalho

³ Professor temporário do Departamento de Teoria e Práticas da Educação – DTP à época da realização da pesquisa, co-orientador do TCC.

utilizou-se como referencial as proposições da Psicologia Histórico Cultural, de modo a destacar a concepção de desenvolvimento e aprendizagem elaborada por Vygotsky serve como base para a leitura do documento. Desse modo, o desenvolvimento e a aprendizagem infantil é tratado sob o prisma do papel da cultura no processo de humanização. As interações adquirem um papel fundamental no processo, de modo que “[...] na ausência da relação com a cultura, o desenvolvimento tipicamente humano não ocorrerá.” (MELLO, 1999, p.19). A intenção não foi verificar se a BNCC coincide com as elaborações da teoria, mas, elaborar uma leitura crítica do documento.

Em vista da delimitação do tema/problema, inicialmente, abordou-se historicamente a construção das políticas públicas voltadas à educação infantil no Brasil; em seguida, tratou-se do papel da escola para o desenvolvimento e a aprendizagem e, por último, foram realizadas as análises do documento. Destaca-se que os três momentos se articulam para que o problema fosse trabalhado.

Entende-se que a educação é um fenômeno social e histórico, de modo que em cada período apresenta necessidades e organizações diversas e, conhecê-las, ainda que brevemente, é importante para adquirirmos maior consciência do objeto tratado. Foi necessário compreender como a criança foi inserida na sociedade, para entender a importância da educação infantil, ou a ausência dela, em cada momento. Dessa forma, destacou-se que “[...] somente na Constituição de 1988 as creches e pré-escolas passariam a compor os sistemas educacionais” (NASCIMENTO, 2015, p.17451).

Ademais, destaca-se o papel que a escola adquiriu na modernidade, bem como o papel do professor. Em ambos os casos, temos diversas possibilidades interpretativas, mas, em acordo com o referencial utilizado buscou-se compreender o professor enquanto mediador e a escola como instituição central para socialização da cultura e dos conhecimentos científicos. Entende-se que é fundamental para compreendermos o significado e as orientações presentes na BNCC.

O interesse pela temática se justifica pelas contribuições que o estudo da mesma pode representar para os professores da educação infantil. Desse modo, o trabalho ora apresentado tentou elaborar uma reflexão à pesquisadora para sua

futura atuação profissional, mas, pode contribuir com todos os envolvidos no campo educacional.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

As políticas públicas voltadas à educação infantil no Brasil não se iniciaram com a aprovação da BNCC em 2017. Em vista disso, nos propomos a compreender brevemente o percurso da educação infantil em nosso país e discutir como os direitos das crianças foram paulatinamente ganhando espaço na sociedade, apesar dos problemas ainda presentes. Com isso enfatizar a situação atual na educação infantil no Brasil. Atualmente, a educação infantil é oferecida entre 0 e 05 anos de idade, a partir da redação da lei 12.796/2013. Trata-se da primeira etapa da educação básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), no qual estabelece

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 9.394/96).

Entretanto nem sempre educação infantil teve espaço na sociedade, pois podemos dizer que a mesma não tinha tanta importância como tem hoje, ela é relativamente recente, pois foi na última década que a educação infantil começou a ter seu espaço propriamente dito. Além de escassa, a concepção que norteava a organização das instituições voltadas ao atendimento infantil, não privilegiavam a promoção intencional do desenvolvimento aprendizagem. Não por acaso, conceitos como “Jardins de Infância” ou “creche” foram amplamente utilizados para definir tais instituições. A ausência, já na denominação, da educação dotada de intencionalidade e organização do planejamento pedagógico não parece ter sido a marca do período. O cuidar era visto de forma dissociada do educar e, portanto, a ênfase se dava no cuidado. Desse modo, além da crônica carência de vagas havia, também, a percepção de que a educação, de fato, se iniciaria apenas no ensino fundamental.

O acesso da população mais pobre a educação formal perpassou quase todo o século XX e era ainda mais grave no caso da educação infantil. No período da

Ditadura Militar, especialmente no período do milagre econômico brasileiro a desigualdade social e educacional tornava-se ainda mais contrastante. Nesse cenário, a percepção dos mais pobres de que não estavam incluídos no processo de desenvolvimento econômico ampliava-se. A resposta à questão foi pontual e de cunho assistencialista, dependente de iniciativas e projetos localizados e de baixo custo. Desse modo,

Após se dar conta da despercebida pobreza nacional, o remédio proposto para o "4º estrato da população brasileira", é a criação de novas vagas para as crianças de 0 a 6 anos, "a baixo custo", nas creches Casulo. Os pobres estavam percebendo o quanto eram pobres: os meios de comunicação mostravam o crescimento do milagre econômico e faziam a população marginalizada "aspirar de forma crescente aos bens da civilização", dizia o texto. Era necessário aplacar a ameaça de "atos anti-sociais, fato notório nas cidades que se industrializam" (VIEIRA, 1986, p. 255-256).

É importante destacar que as instituições voltadas às crianças tiveram início na Europa, por volta do final do século XVIII. O intuito era que houvesse um local em que as crianças pudessem ser educadas durante o período de trabalho de seus familiares. A Europa passa a ser vista como um ideal de nação civilizada construída pelas mãos dos trabalhadores, jovens e crianças. Desse modo, no Brasil, a criança passou a ser vista com outros olhos, com o objetivo "[...] de modernizar o país nos moldes europeus, a infância foi vista como um dos principais focos de atenção" (NASCIMENTO, 2015, p.17441), em especial as crianças mais pobres.

Entretanto, enquanto na Europa as creches tinham o intuito de atender às crianças, pelo fato do trabalho feminino estarem se estendendo, no Brasil, era visto como uma instituição voltada às crianças filhas de escravos após a Lei do Ventre Livre. As crianças filhas de operários foram objeto de propostas educacionais apenas no período republicano, com fábricas e indústrias se desenvolvendo. Os primeiros jardins de infância no setor público, induzidos pela educação froebeliana da Europa, foram criados em 1896, junto com o à Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo, porém apesar de ser público atendia apenas a Elite.

A necessidade de um maior número de instituições voltadas à educação infantil no país cresceu com a industrialização. A chegada dos imigrantes europeus no país fortaleceu o movimento operário e as reivindicações. Os trabalhadores "[...]

começaram a se organizar nos centros urbanos industriais para reivindicar melhores condições de trabalho, dentre elas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos.” (NASCIMENTO, 2015, p.17447). Sendo assim a partir dos anos 1920 e 1930 a educação infantil, passa a tomar muita atenção da sociedade. Destaca-se que a criação do Ministério da Educação e Saúde no Estado Novo também colaborou para colocar o assunto em pauta.

Desse modo, destaca-se que o atendimento às crianças se deu devido à modernização no país, pois o movimento tinha a princípio como motivo o atendimento aos filhos de trabalhadores, mas também foi com base em outros interesses, como cita Nascimento (2015, p. 17452):

[...] mas também foi uma tendência que se delineou com base em outros interesses como, disciplinar corpos e mentes na relação entre as formas sociais, políticas, econômicas e culturais, fazendo desta forma com que algumas mudanças influenciassem outras.

O direito da criança ao atendimento escolar foi impulsionado pelos movimentos sociais, trata-se de uma construção histórica. Ocorre que, primeiro, foi facilitado o atendimento às mães ou famílias trabalhadoras, de modo que a intenção inicial não era o direito da criança ou o seu desenvolvimento. Apenas nas décadas seguintes a criança passa a ser paulatinamente como um ser de direitos e seu desenvolvimento e aprendizagem como parte da educação formal. Esse avanço na concepção de infância ocorreu de modo articulado com as reivindicações da sociedade.

É importante destacar que as reivindicações e as discussões não resultaram em uma ampliação, de fato, das instituições voltadas a educação infantil. De modo que, a LDB 4.024 de 1961, estabelece que crianças de 0 a 6 anos de idade receberiam educação em maternais ou jardins de infância, mas, a lei continuava estimulando as empresas e industrias a manterem as instituições dos filhos de seus trabalhadores, desta forma o Estado priva-se das responsabilidades das crianças mais uma vez.

Em 1977, diante da das limitações e crescente reivindicações é criando o Serviço de Educação Pré-Escolar (SEPRE), pelo MEC. Ainda neste ano é implantado o Projeto Casulo pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). O projeto era de caráter assistencialista, contudo, houve novas vagas para crianças de 0 a 6 anos de idade nas creches. Esta foi a solução apresentada naquele momento frente a população que passou a compreender sua pobreza e a ausência do Estado.

A partir da segunda metade da década de 1980, com a ascensão dos movimentos sociais pela redemocratização do país, as discussões a respeito da organização e objetivos da educação formal foram postas sob o crivo da crítica. Aliado a esse contexto político, as transformações sociais econômicas tornaram ainda mais urgente a necessidade de se ampliar as vagas e de se pensar pedagogicamente a educação infantil. A inserção da mulher no mercado de trabalho reverberou no planejamento dos cuidados e da educação dos filhos. Tais atividades, em uma sociedade patriarcal, ficavam tradicionalmente sob a responsabilidade das mulheres. Desse modo, a necessidade de se organizar uma estrutura pública para suprir a demanda de cuidados e educação das crianças tornou se mais evidente.

Todas essas mudanças no cenário social e na tomada de consciência pela população dos seus direitos concorreram para que a proteção e a educação das crianças contassem na Constituição Cidadã de 1988. A Carta Magna previa a regulamentação por meio de lei específica, de modo que em 1996 foi aprovada a LDB 9394 que reconheceu a educação infantil como parte do sistema educacionais. Desse modo, a educação infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica.

3 O PAPEL DO ADULTO, PROFESSOR NA MEDIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM VYGOTSKY

Neste item, discute-se a respeito do desenvolvimento humano na perspectiva Histórico-Cultural. O fundamento da discussão tem como fio condutor o pensamento de Vygotsky, especialmente as suas características interacionistas. O psicólogo russo procurou demonstrar que o desenvolvimento humano não é apenas biológico, mas também histórico e social. Desta forma, o desenvolvimento humano se dá pelas interações sociais desde o nascimento e se estende por toda a vida. São as interações e as aquisições culturais que possibilitam o desenvolvimento das características tipicamente humanas e que nos difere dos animais.

Sendo assim, o homem não se desenvolve sozinho e sim na relação que desenvolve com outros homens. Conforme se apropria da cultura, mediado por indivíduos mais experientes, ocorre o seu processo de humanização. A produção dos

bens culturais produzidos ao longo de milênios não precisa ser reiniciada a cada nascimento, uma vez que os signos nos permitem a transmissão de saberes e conhecimentos.

À medida que a criança tem contato com objeto social criado por gerações que a antecederam, vai aprendendo a utiliza-lo, e desta forma aprende também sobre suas operações motoras. Desse modo, o homem não é apenas um ser biológico, dotado de características inatas. Ao contrário dos animais outros animais, o potencial de desenvolvimento e de aprendizagem humana é ilimitado e não determinado pela biologia. O homem nasce humano, porém precisa ser humanizado, de acordo com Mello (1999, p. 18)

[...] o homem, ao nascer, tem consigo uma única aptidão: a de criar aptidões a partir da apropriação da experiência sócio-histórica, o que implica em que, no decurso do desenvolvimento sócio-histórico do homem, novas aptidões psíquicas se formem.

Entretanto, isso não quer dizer que a herança biológica não interfira no desenvolvimento humano, mas não influencia no desenvolvimento psíquico do homem. A nossa estrutura pode ser alterada a partir do contato da criança com objetos e com pessoas mais experientes, portanto, percebe-se aí uma interação entre o biológico e o cultural, de modo que o último pode alterar a estrutura da primeira. Ou seja, “As relações do indivíduo com a cultura constituem condição essencial para esse desenvolvimento.” (MELLO, 1999, p.19). Desta forma, o desenvolvimento e a aprendizagem passam a ter uma nova perspectiva, de modo que interdependem uma da outra para ocorrer:

É o aprendizado que possibilita o despertar da capacidade de perceber as cores, as formas, os sons, a capacidade de falar, de pensar, de raciocinar, de lembrar, de emocionar-se, de amar, a aptidão para a leitura, para a escrita, para a ciência, para a arte, etc. Sem o contato da criança com a cultura, com os adultos, com as crianças mais velhas e com as gerações mais velhas, o despertar dessas capacidades e aptidões não ocorrerá. (MELLO, 1999, p.19).

Logo, de acordo Vygotsky a função da educação é proporcionar que a criança se desenvolva a partir daquilo que potencialmente ela pode aprender com a ajuda de outro mais experiente. Desse modo, catalogar erros ou apenas identificar o que a

criança é capaz de resolver não é suficiente. É justamente o que ela seria capaz de resolver com a mediação do professor é que deve ser o objetivo educacional. A educação tem o papel de desenvolver as novas aptidões que até então não são dadas a criança, e que são possibilitadas através dos objetos da cultura. O educador é o mediador do conhecimento, ou seja, ele irá fazer a mediação do que a criança já tem conhecimento, com o que ela passará a conhecer.

Nesse sentido é que o educador é o mediador da relação da criança com o mundo que ela passa a conhecer, pois os objetos da cultura se concretizam com seu uso social. Ao estudar a estrutura das funções psíquicas superiores (MELLO, 1999, p. 20)

Sendo assim, ao aplicar uma atividade à criança e o professor deve atuar como mediador, ou seja, o professor deve observar e realizar as interferências necessárias. A criança se coloca em atividade, mas, não o faz a partir do nada, a realiza em vista das suas experiências, mas, cabe ao professor possibilitar que esta ação espontânea atinja outro patamar.

[...] as crianças aprendem por sua própria atividade, imitando o adulto e procurando fazer sozinhas aquilo que vão testemunhando em seu meio, fazendo sozinhas aquilo que aprendem a fazer com os outros.(MELLO, 1999, p. 21)

É necessário que a criança progrida do que ela já sabe, ou seja, é essencial que o educador trabalhe aquilo que a criança ainda não sabe, e não traga atividades prontas para a mesma. Com isso Vygotsky trata sobre a zona de desenvolvimento, no qual são três degraus, sendo: Nível de Desenvolvimento Real, Nível de Desenvolvimento Potencial e Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

O nível de desenvolvimento real é a capacidade que a criança tem de resolver atividades sozinha, o mesmo se dá após níveis de desenvolvimento completados, conquistada pela ZDP. De acordo com Vygotsky (1991, p. 58) “[...] o nível de desenvolvimento real de uma criança define funções que já amadureceram, ou seja, os produtos finais do desenvolvimento”, se uma criança consegue fazer algo sozinha isso significa que já foi amadurecido nela.

Já o nível de desenvolvimento potencial é a capacidade de resolver atividades que foram propostas por alguém mais experiente, Vygotsky (1991, p.

58) diz que “[...] o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. ”

Sendo assim a ZDP é a ponte entre Nível de Desenvolvimento Real e Nível de Desenvolvimento Potencial, pois ela caracteriza o que não amadureceu na criança ainda, mas que com a medição de um adulto experiente se avança de um para o outro.

Segundo Vygotsky, o aprendizado começa antes de iniciar na escola, desta forma, o ensino para ser válido deve conter a ZDP, pois a mesma impulsiona o desenvolvimento. O professor como o adulto experiente que auxilia na ZDP, deve agir como mediador nesse processo, pois ele não deve fazer a atividade proposta para criança e sim com ela.

[...] aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje, será o nível de desenvolvimento real amanhã - ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã. (VYGOTSKY, 1991, p. 50)

Sendo assim é importante que o professor se atente ao que a criança já sabe, ou seja, ao nível de desenvolvimento real, para que seja possível alcançar o nível de desenvolvimento potencial, pois de acordo com Vygotsky (1991, p. 58) “O estado de desenvolvimento mental de uma criança só pode ser determinado se forem revelados os seus dois níveis: o nível de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal”.

4 PROPOSIÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Nesse capítulo analisaremos as proposições da BNCC para a educação infantil sob a perspectiva Histórico-Cultural. A educação infantil é a primeira etapa da Educação básica que inicia o processo de escolarização, a mesma é direito da criança e está estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, nos Planos

Nacionais de Educação, na Constituição Federal de 1988, e também nas Diretrizes Curriculares Nacionais da educação infantil de 2010.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento fundamental para a educação básica brasileira, pois tem como principal função orientar quais aprendizagens são essenciais para todas as escolas brasileiras públicas e particulares, em todas as etapas da educação, desde a educação infantil, até o ensino médio. A mesma é obrigatória e está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional da Educação. Além de garantir o direito de aprendizagem e desenvolvimento, como afirma:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017, p.7)

A mesma está estruturada em 5 tópicos, sendo elas respectivamente: introdução, estrutura da BNCC, a etapa da educação infantil, a etapa do ensino fundamental e a etapa do ensino médio. Entretanto focaremos no tópico 3 da BNCC, pois fala exclusivamente da educação infantil, sendo a finalidade do trabalho.

Nos campos de experiências da educação infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são definidos e organizados em três grupos por faixa etária: Bebês que vão de 0 a 1 ano e 6 meses, Crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, e Crianças pequenas que vão de 4 anos a 5 anos e 11 meses. Desta forma respeitando as especificidades de cada faixa etária, entretanto, é necessário ressaltar que essas faixas etárias são respeitadas de forma flexível, reconhecendo que cada indivíduo tem um ritmo de desenvolvimento.

De acordo com a BNCC, na educação infantil devem ser assegurados 6 direitos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento,

para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver” (BRASIL, 2017, p.25)

De acordo com a BNCC a aprendizagem Infantil está organizada em dois os eixos estruturando na primeira etapa da educação básica são as interações e as brincadeiras, no qual são experiências em que as crianças podem desenvolver com ações e interações.

[...] os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização (BRASIL, 2017, p. 33)

Logo, o papel do professor é desenvolver a interação por meio da brincadeira. A brincadeira é uma das principais maneiras de estimular a ZDP, interação entre desenvolvimento e aprendizagem. Ao brincar a criança desenvolve a sua imaginação, interage consigo e com o próximo, e está sempre brincando com uma situação real, desta forma a brincadeira sempre tem regras, mesmo que de forma inconsciente, pois ao brincar de boneca, por exemplo, a criança está reproduzindo sua mãe.

A situação imaginária de qualquer forma de brinquedo já contém regras de comportamento, embora possa não ser um jogo com regras formais estabelecidas a priori. A criança imagina-se como mãe e a boneca como criança e, dessa forma, deve obedecer às regras do comportamento materna (VYGOTSKY, 1999, p. 63)

A BNCC estabelece cinco campos de experiências, nos quais são garantidos como direito para primeira etapa da educação básica, esses campos de experiência são as experiências que devem ser trabalhadas em sala, são fundamentais para que a criança se desenvolva e aprenda, a mesma trabalha respeitando cada idade com e as suas peculiaridades. “Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver” (BRASIL, 2017, p.23), os mesmos são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas;

Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

O eu, o outro e o nós, se refere ao direito de interação, tanto com outras crianças, quanto com adultos, pois é através da interação que as crianças começam a enxergar o mundo, passa a ter sua própria maneira de pensar, agir, e sentir, e passam a perceber que cada um vive de um jeito.

À medida que a criança vai vivendo suas primeiras experiências sociais, ela passa a ter seus próprios entendimentos sobre si e sobre os outros, desta forma, tendo uma visão sobre si enquanto ser social e individual.

Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais (BRASIL, 2017, p. 40)

De acordo com a BNCC, é necessário também que na educação infantil a criança tenha contato “com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas”, pois desta forma, deve mudar a forma de perceber a si mesmo e perceber o próximo, respeitando e valorizando o outro e a sua própria identidade, e se desenvolvendo enquanto humano.

Para Vygotsky somos seres sociais, ou seja, mesmo sendo humanos o desenvolvimento humano só acontece por meio das interações sociais, sendo assim, nos desenvolvemos conforme interagimos com o próximo, “Isso significa que somos formados a partir das interações, como possibilidade de desenvolvimento para aprendizagem, não sendo o suficiente o crescimento natural biológico”. (ALVES, 2019, p.75)

Tendo isso em vista, a escola deve desenvolver o direito de interação, pois a mesma é um dos primeiros locais de socialização da criança, a relação com o próximo vai definir como será seu desenvolvimento humano, ou seja, sua inteligência.

No campo de experiência Corpo, gestos e movimentos, trata-se da exploração da criança com o que há em sua volta, com o corpo, seja em gestos, interações, movimentos ou impulsos, “Por meio das diferentes linguagens, como a música, a

dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem” (BRASIL, 2017, p 37).

Assim sendo, a escola precisa trabalhar com as crianças de forma que as estimulem e as animem para o espírito lúdico nas interações com o outro, pois assim a criança vai viver e explorar “[...] um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo [...]” (BRASIL, 2017, p. 37). Entretanto a criança desenvolve noção de espaço, desenvolve o sentar, saltar, engatinhar, correr, escorregar, etc.

As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão (BRASIL, 2017, p. 41)

Os gestos são formas de expressões que podem ser usados como comunicação, o mesmo faz parte da primeira função social da linguagem de acordo com Vygotsky, e se desenvolve sem contato social, “[...] já que a primeira função social da linguagem (gestos, expressão, sons) pode se desenvolver independentemente da interação com o outro, no sentido da aquisição cultural” (ALVES, 2019, p.78). Entretanto, quando trabalhado na escola há um desenvolvimento mais profundo sobre essa função social.

Traços, sons, cores e formas, essa experiência trás o direito de conviver com diferentes manifestações locais ou universais, de linguagens, artísticas, científicas e culturais na escola, exercitando a autoria coletiva e individual de cada um “[...] com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos” (BRASIL, 2017, p. 37). Essa experiência desenvolve o senso estético e crítico, raciocínio lógico, contribuí para que conheça a si mesma, e ao outro. Sendo assim é essencial que na primeira fase da Educação Básica seja proporcionada.

[...] promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer

o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas. (BRASIL, 2017, p. 41)

De acordo com a abordagem histórico cultural, a criança se apropria da cultura a qual está inserida, mas isso se dá por meio do contato social, pois ao se socializar a criança manifesta o que desenvolveu vivendo o que está a sua volta, sendo assim, a criança precisa conhecer sua cultura, porém é necessário que ela tenha contato com outras formas de viver. Quando a criança vive a cultura na qual está inserida, está desenvolvendo ela como homem social.

É necessário oferecer às crianças a cultura que a humanidade produz, a arte e a ciência. É a herança da humanidade; o que as gerações anteriores deixaram de herança para a nossa cultura e o que eu estou deixando para as que aqui já estão e as que virão. (ALVES, 2019, p. 81)

Escuta, fala, pensamento e imaginação, a quarta experiência trata-se da aproximação da criança com esses itens, os mesmos tratam-se de situação comunicativas e de interação. Desde o nascimento usamos essas formas de se comunicar, iniciamos apenas com poucas características deste campo, mas ao passar do tempo com a interação, isso começa a se desenvolver.

A melhor maneira de estimular esse campo de experiência é por meio da leitura, seja individual, ou em conjunto, em voz baixa ou em voz alta, pois a leitura desenvolve a imaginação, a fala, o pensamento e a escuta. Por tanto os diferentes tipos de histórias, de leituras são essenciais na educação infantil.

[...] o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livro (BRASIL, 2017, p.42)

Para Vygotsky, a fala é a segunda função social linguagem, já que a primeira são os gestos, expressões e sons. A linguagem quando adquirida em sua segunda função social é porque a criança passou da Inteligência prática para Inteligência abstrata, porém para que a criança tenha conhecimento sobre é necessário que

alguém tenha apresentado, desta forma, a criança adquire a linguagem por meio da interação social.

O pensamento e linguagem passam a fazer parte do sistema simbólico da criança a partir do momento em que a criança passa a criar frases que façam sentidos, e a principal maneira de desenvolver a linguagem é por meio das brincadeiras, na qual é a principal atividade da criança.

Fazendo então a relação da aquisição da linguagem por meio da interação, o foco está fortemente estabelecido nas brincadeiras, sendo esta a principal atividade da criança. Quando mencionamos a Inteligência Abstrata podemos percebê-la nas brincadeiras das crianças, especialmente naquelas de faz de conta, em que as crianças recorrem à imaginação (ALVES, 2019, p. 79)

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações esse campo de experiência desenvolve situações como espaço que seria rua, bairro, cidade etc. e tempos, que se refere ao dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc. Trabalha transformação social, ou da natureza, etc. E também trabalha matemática, como:

[...] (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.). (BRASIL, 2017, p.39).

É necessário tratar sobre isso, pois assim a criança desenvolve sua curiosidade e amplia seu conhecimento sobre o mundo sócio cultural e o mundo físico, para que assim os utilizem em seu cotidiano. Entretanto é essencial que a escola desenvolva esses conhecimentos nas crianças, promovendo conhecimentos.

Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. (BRASIL, 2017, p. 43)

Em decorrência da pesquisa, pode-se dizer que há relação do documento da BNCC com a abordagem perspectiva Histórico-Cultural, e que o professor enquanto mediador é essencial para o desenvolvimento infantil, visto que o homem

se desenvolve por meio das interações sociais, e a fase da infância é a de maior desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realização da pesquisa BNCC e educação infantil: análise das propostas para o desenvolvimento e a aprendizagem, podemos ter um novo olhar para a etapa da educação infantil e seu desenvolvimento. Ao analisar as proposições da BNCC para a educação infantil na perspectiva da psicologia histórico cultura podemos afirmar que há contribuições da abordagem para o documento, e para criança enquanto ser em desenvolvimento.

De acordo com o tema estudado, podemos dizer que o professor deve ser o mediador, entre o Nível de Desenvolvimento Real e o Nível de Desenvolvimento Potencial, estimulando a ZDP, ou seja, fazendo com que o conhecimento que a criança já tem, seja a transição para o conhecimento que ela ainda não possui. Assim sendo, o professor enquanto mediador do conhecimento deve estimular o desenvolvimento da criança, já que o desenvolvimento depende das experiências por ela vivenciada, e assim promovendo também a personalidade da mesma.

Tendo como base a discussão anterior, podemos chegar na seguinte conclusão sobre o tema BNCC e educação infantil: análise das propostas para o desenvolvimento e a aprendizagem, que o desenvolvimento e aprendizagem proposto pela BNCC está alinhado com a abordagem histórico-cultural, pois ambos consideram importante o professor enquanto mediador do conhecimento para a criança.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. T. **Campos de Experiência pela teoria de Vygotsky**. São Paulo, 2019.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BUOSI, R. B. **Os processos de aprendizagem e desenvolvimento: abordagem histórico-cultural**. 2. Ed. Maringá: Eduem, 2009.
- MELLO, S. A. **Algumas implicações pedagógicas da Escola de Vygotsky para a educação infantil**. Pro-Posições - Vol. 10 N° 1 (28), mar 1999.
- NASCIMENTO, E. C. M. do. **Processo histórico da Educação Infantil no Brasil: educação ou assistência?** Educere, Paraná, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf. Acesso em: 28 de jul. 2020.
- NONO, M. A. **Breve Histórico da Educação Infantil no Brasil**. São Paulo, 2010.
- VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Editora Ltda, 1991.
- VIEIRA, L.M.F., (1986). **Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências – rumo à construção de um projeto educativo**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG.